



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COSMA GEOVANA LOPES DE SOUSA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL COMO TEMA
TRANSVERSAL NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DA
REALIDADE EDUCACIONAL E DAS POSSIBILIDADES
PEDAGÓGICAS NO TOCANTINS**

TOCANTINÓPOLIS/TO
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L864p Lopes de Sousa , Cosma Geovana .
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL COMO TEMA
TRANSVERSAL NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DA
REALIDADE EDUCACIONAL E DAS POSSIBILIDADES
PEDAGÓGICAS NO TOCANTINS / Cosma Geovana Lopes de
Sousa . - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO,
2026.
57 f.
Monografia Graduação (Graduação - em Ciências Sociais) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.
Orientador: Gracieda dos Santos Araujo .
1. Patrimônio histórico-cultural. 2. Educação Patrimonial. 3.
Ensino Médio. I. de Sousa, Cosma. II. de Sousa, Cosma. III. Título.

CD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

COSMA GEOVANA LOPES DE SOUSA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL COMO TEMA
TRANSVERSAL NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DA REALIDADE
EDUCACIONAL E DAS POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS NO
TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais, da
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT,
Campus Tocantinópolis, como requisito final para
obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.
Professora orientadora: Dr^a Gracieda dos Santos Araújo

Data de aprovação: 08/07/2026

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Gracieda dos Santos Araújo - Orientadora (UFNT)

Prof.^a Dr.^a Paula Marcela Ferreira França - Examinadora Interna (UFNT)

Prof. Dr.^a Rita de Cássia Domingues Lopes - Membro Externo (UFNT)

COSMA GEOVANA LOPES DE SOUSA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL COMO TEMA
TRANSVERSAL NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DA
REALIDADE EDUCACIONAL E DAS POSSIBILIDADES
PEDAGÓGICAS NO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais, da
Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT,
Campus Tocantinópolis, como requisito final para
obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.
Professora orientadora: Dr^a Gracieda dos Santos Araújo

TOCANTINÓPOLIS/TO
2026

Jesus Cristo, meu Senhor e Salvador; autor e sustentador da minha vida. A Ele, toda honra, toda glória e toda gratidão, pois foi Sua graça que me fortaleceu, guiou meus passos e tornou possível a realização deste sonho.

*Como diz a Palavra: "**Até aqui nos ajudou o Senhor.**" (1 Samuel 7:12).*

*Aos meus pais, **Raimunda e Aguiel**, dedico esta conquista com todo o meu amor e gratidão. Obrigada por serem meu alicerce, pelo incentivo, pelas orações e por nunca deixarem de acreditar em mim.*

Por fim, dedico este trabalho à menina que um dia sonhou em chegar até aqui e que, pela força do Espírito Criador, viu esse sonho tornar-se realidade. Que esta pesquisa contribua para a educação teresiana e tocantinense, inspirando novas reflexões e fortalecendo práticas educativas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador por sua infinita bondade, por conceder-me força, sabedoria e perseverança ao longo de toda esta caminhada acadêmica. Nos momentos de dificuldade, foi sua presença que renovou minha esperança e fortaleceu minha determinação para seguir em frente até a conclusão desta importante etapa.

Aos meus amados pais, **Raimunda** e **Aguinel**, expresso minha eterna gratidão pelo amor, pelos ensinamentos, pelo apoio incondicional e pelos valores que sempre me transmitiram. Obrigada por acreditarem em mim, por cada palavra de incentivo e por nunca medirem esforços para que eu pudesse realizar meus sonhos. Esta conquista também pertence a vocês.

Aos meus irmãos, agradeço pelo carinho, pela amizade, pelo incentivo e por compreenderem minha ausência em tantos momentos dedicados aos estudos. O apoio de vocês foi fundamental para que eu permanecesse firme em minha caminhada.

Aos meus amigos, meu sincero agradecimento pela parceria, pelas palavras de motivação, pela compreensão e pelos momentos de apoio ao longo dessa trajetória. Cada gesto de incentivo contribuiu para que este sonho se tornasse realidade.

À minha orientadora, professora Dr^a Gracieda Araújo, expresso minha sincera gratidão pela dedicação, paciência, disponibilidade e pelos valiosos conhecimentos compartilhados durante a elaboração desta pesquisa. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico.

Aos professores do curso, agradeço pelos ensinamentos, pela dedicação e por contribuírem significativamente para minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), instituição que possibilitou minha formação acadêmica e pessoal. Registro meu reconhecimento, em especial, pelo apoio oferecido por meio dos auxílios estudantis, como o auxílio-alimentação e o apoio pedagógico, fundamentais para minha permanência na universidade e para a continuidade dos meus estudos. Essas políticas de assistência estudantil contribuíram significativamente para que eu pudesse concluir esta importante etapa da minha formação.

À professora Dr.^a Karina Sousa, expresso minha sincera gratidão pela confiança, pelo incentivo e pela oportunidade de participar da elaboração de um trabalho apresentado na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Essa experiência representou um marco importante em minha formação acadêmica, pois ampliou meus conhecimentos, contribuiu para meu desenvolvimento como pesquisadora e despertou ainda mais meu interesse pela produção científica.

Em português, costumamos dizer "eu consegui", mas, biblicamente, compreendemos que "Para que todos vejam, saibam, considerem e juntamente entendam que a mão do Senhor fez isto" (Isaías 41:20). Assim, com humildade e profunda gratidão, eu, **Cosma Geovana**, reconheço que cada etapa dessa trajetória foi sustentada pela graça divina e pela intercessão de Nossa Senhora, fortalecendo-me nos momentos difíceis e guiando meu caminho ao longo desta jornada. Minha Mãezinha, mil vezes te chamei, e mil vezes me atendeste. Sua filha será eternamente grata pelas bênçãos, proteção e força concedidas durante toda essa caminhada.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada e contribuíram para a realização deste sonho. Cada palavra de incentivo, gesto de apoio e demonstração de carinho foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada!

RESUMO

A Educação Patrimonial constitui uma importante estratégia para a valorização da memória, da identidade cultural, da consciência crítica e da formação cidadã, ao aproximar os conteúdos escolares da realidade sociocultural dos estudantes. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a inserção da Educação Patrimonial e da preservação do patrimônio histórico-cultural no currículo e nas práticas pedagógicas do Ensino Médio da rede pública do estado do Tocantins, compreendendo os significados atribuídos a essa temática e suas potencialidades como eixo transversal na formação dos estudantes. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem hipotético-dedutiva, de natureza qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e análise comparada, fundamentada em Lakatos e Marconi (2021) e Triviños (1987). Foram analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO), além dos estudos de Ferraro e Nascimento (2017) e Zimmermann (2023). Também foram utilizados dados do IBGE e da Prefeitura de Santa Terezinha do Tocantins para contextualizar as potencialidades do patrimônio histórico-cultural do município como recurso didático-pedagógico para a Educação Patrimonial. Os resultados evidenciam que a Educação Patrimonial possui significativo potencial para promover aprendizagens contextualizadas, fortalecer o sentimento de pertencimento e contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica, da identidade cultural e da formação cidadã dos estudantes. Contudo, constatou-se que essa temática ainda não está inserida de forma explícita e sistemática no currículo do Ensino Médio, desenvolvida predominantemente por meio de projetos pontuais e iniciativas externas às escolas. Conclui-se que a efetivação da Educação Patrimonial no contexto escolar requer o fortalecimento de políticas educacionais, a formação continuada de professores e a incorporação mais consistente dessa temática aos documentos curriculares e às práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Patrimônio histórico-cultural. Educação Patrimonial. Ensino Médio. Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO).

ABSTRACT

Heritage Education constitutes an important strategy for promoting the appreciation of memory, cultural identity, critical awareness, and citizenship by bringing school content closer to students' sociocultural reality. This study aims to analyze the inclusion of Heritage Education and the preservation of historical and cultural heritage in the curriculum and pedagogical practices of public high schools in the state of Tocantins, Brazil, seeking to understand the meanings attributed to this theme and its potential as a cross-curricular axis in students' education. Methodologically, this is a qualitative, exploratory study based on the hypothetical-deductive approach, developed through bibliographic and documentary research, as well as comparative analysis, grounded on Lakatos and Marconi (2021) and Triviños (1987). The National Curriculum Parameters (PCN), the National Common Curricular Base (BNCC), and the Curriculum Document of the Territory of Tocantins (DCT-TO) were analyzed, in addition to the studies by Ferraro and Nascimento (2017) and Zimmermann (2023). Data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Municipal Government of Santa Terezinha do Tocantins were also used to contextualize the potential of the municipality's historical and cultural heritage as a didactic and pedagogical resource for Heritage Education. The results indicate that Heritage Education has significant potential to promote contextualized learning, strengthen the sense of belonging, and contribute to the development of historical awareness, cultural identity, and citizenship among students. However, the study found that this theme has not yet been explicitly and systematically incorporated into the high school curriculum, being developed mainly through isolated projects and initiatives external to schools. It is concluded that the effective implementation of Heritage Education in the school context requires stronger educational policies, continuing teacher education, and a more consistent incorporation of this theme into curriculum documents and pedagogical practices.

Keywords: Historical and cultural heritage. Heritage Education. High School. Curriculum Document of the Territory of Tocantins (DCT-TO).

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CHS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
DCT-TO	Documento Curricular do Território do Tocantins
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PPS	Processos Psicológicos Superiores
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
NUTA	Núcleo Tocantinense de Arqueologia
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Santa Terezinha do Tocantins na região do Bico do Papagaio	45
Figura 2 - Cachoeira João do Joca, Santa Terezinha do Tocantins	48
Figura 3 - Cachoeira da Fortuna, Santa Terezinha do Tocantins	49
Figuras 4 e 5 -Árvore Marinheiro, localizada no município de Santa Terezinha do Tocantins	50
Quadro 1 - Comparação da abordagem da Educação Patrimonial nos PCNEM e na BNCC	34
Quadro 2 - Estrutura do código EM13CHS104 (BNCC)	35
Quadro 3 -Análise das potencialidades e fragilidades da Educação Patrimonial no Tocantins	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Metodologia	12
2 FUNDAMENTOS SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE	18
2.1 Patrimônio histórico-cultural: noções do conceito	18
2.2 Patrimônio material e imaterial	20
2.3 O patrimônio natural	23
2.4 Patrimônio, memória, cultura e formação identitária em sua relação com os processos educativos	24
3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS	28
3.1 Educação Patrimonial como processo educativo formal e não formal	30
3.2 A Educação Patrimonial na perspectiva da preservação do patrimônio natural e ambiental	31
3.3 A Educação Patrimonial no contexto escolar brasileiro: a perspectiva do Ministério da Educação (MEC) a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	32
4 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DE SUA ABORDAGEM NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO	37
4.1 O patrimônio histórico-cultural do Tocantins	38
4.2 A inserção da Educação Patrimonial no Documento Curricular do Território do Tocantins: uma análise do Caderno 2 – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	40
4.3 A Educação Patrimonial no Ensino Médio do Estado do Tocantins: uma análise a partir dos estudos de Ferraro e Nascimento (2017) e Zimmermann (2023)	41
4.4 Educação Patrimonial no Bico do Papagaio: potencialidades e possibilidades a partir do caso de Santa Terezinha do Tocantins	45
4.4.1 Patrimônio natural e ambiental teresiano (cachoeiras, rios, córregos e riachos)	48
4.4.2 Patrimônio histórico-cultural teresiano (Árvore Pé de Marinheiro)	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural constitui um elemento fundamental para a preservação da memória coletiva, o fortalecimento das identidades sociais e a valorização da diversidade cultural. Os bens materiais e imateriais, as tradições, os saberes, as manifestações culturais e os lugares de memória configuram referências históricas e simbólicas que permitem aos sujeitos reconhecerem sua trajetória social, estabelecendo vínculos de pertencimento com os territórios em que vivem.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como objeto a abordagem do patrimônio histórico-cultural, em suas dimensões material e imaterial, nas diretrizes curriculares e nas práticas pedagógicas do Ensino Médio no estado do Tocantins. Busca-se analisar em que medida essa temática se constitui como componente transversal do currículo, bem como suas contribuições para os processos de construção do conhecimento escolar, da formação identitária e do desenvolvimento da consciência cidadã dos estudantes.

Parte-se do pressuposto de que a inserção do patrimônio histórico-cultural local no currículo escolar, em articulação com as dimensões regional, nacional e universal, favorece a valorização da memória coletiva, o fortalecimento da identidade cultural, a formação crítica e cidadã dos estudantes, bem como o desenvolvimento intelectual, humano e territorial.

Na perspectiva da teoria histórico-cultural, o desenvolvimento intelectual resulta da aprendizagem e da apropriação da cultura por meio de processos de mediação social e de práticas educativas intencionalmente planejadas. Esse processo está relacionado à formação do pensamento conceitual e da consciência, possibilitando que o sujeito ultrapasse explicações baseadas no senso comum e compreenda os fenômenos de forma crítica, abstrata e sistematizada (Davydov, 1988; Vygotsky, 1991).

Do ponto de vista teórico-conceitual, o patrimônio cultural é compreendido como construção histórica e social. Autores como Choay (2006), Fonseca (2009) e Abreu e Chagas (2003), bem como a UNESCO (2003) e a Constituição Federal de 1988, ampliam essa concepção ao incluir não apenas bens materiais, mas também práticas, saberes e manifestações culturais que expressam a identidade dos diferentes grupos sociais. Essa compreensão evidencia a articulação entre patrimônio, memória, identidade e pertencimento como dimensões indissociáveis.

No Brasil, a Educação Patrimonial ganha maior sistematização a partir das políticas de preservação desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e de sua incorporação em documentos orientadores da educação básica, como os

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos defendem a abordagem transversal e interdisciplinar da temática, articulando patrimônio cultural, formação cidadã e valorização da diversidade.

A trajetória histórica da Educação Patrimonial no Brasil, sistematizada pelo IPHAN (2014), demonstra que sua constituição esteve inicialmente vinculada às políticas de preservação de monumentos históricos, sendo posteriormente ampliada para abranger saberes, práticas culturais, manifestações populares, modos de vida e identidades locais. Nesse processo, o patrimônio cultural passou a ser compreendido como elemento dinâmico da cultura, articulado às experiências sociais dos sujeitos e potencial mediador de conhecimento, conforme concebido pela teoria histórico-cultural de Vygotsky.

No campo educacional, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) definem a Educação Patrimonial como um processo permanente, sistemático e participativo de construção do conhecimento, fundamentado na apropriação crítica do patrimônio pelas comunidades. Essa abordagem propõe uma educação comprometida com a reflexão sobre os processos históricos de seleção, preservação e valorização do patrimônio cultural.

Nessa perspectiva, Pelegrini e Funari (2008) e Rodríguez Cruz (2007) concebem o patrimônio como uma construção dinâmica, resultante de processos sócio-históricos que articulam memória, identidade e cultura. Em consonância com essa concepção, Ferraro e Nascimento (2017), Castells (2000) e Gonçalves Neto et al. (2023), com base em Scifoni (2016), ressaltam que a transmissão e a constante resignificação do patrimônio pelas comunidades fortalecem as identidades culturais e territoriais, o sentimento de pertencimento e os vínculos dos sujeitos com seus lugares/territórios.

No contexto do estado do Tocantins, o Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO) também prevê possibilidades de inserção da temática do patrimônio cultural no Ensino Médio, especialmente no eixo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Entretanto, observa-se que sua efetivação ainda ocorre de forma limitada e pouco sistematizada nas práticas pedagógicas escolares, sobretudo em municípios do interior do estado.

Destaca-se, nesse cenário, a região do Bico do Papagaio, com ênfase no município de Santa Terezinha do Tocantins, onde diversos elementos do patrimônio cultural permanecem pouco explorados no contexto escolar. Essa realidade constitui um indicativo de que a reduzida exploração pedagógica do patrimônio cultural pode limitar o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural local, bem como o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes e o aproveitamento do patrimônio cultural como instrumento de

mediação do conhecimento e de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, conforme a perspectiva da teoria histórico-cultural.

O interesse pela temática desta investigação decorre, em parte, da experiência acadêmica da pesquisadora na disciplina Cultura, Política e Patrimônio, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus de Tocantinópolis, ministrada pela professora Dra. Rita de Cássia Domingues Lopes. Soma-se a isso as reflexões acerca da riqueza do patrimônio histórico-cultural dos municípios do interior tocantinense, com ênfase em Santa Terezinha do Tocantins, no Bico do Papagaio, região de origem da autora. Essas reflexões evidenciaram a necessidade de aprofundar o debate sobre a inserção da Educação Patrimonial nas práticas educativas do Ensino Médio, considerando o potencial da atuação docente no eixo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural, bem como para processos de emancipação e desenvolvimento dos territórios por meio da educação.

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder ao seguinte **problema**: Como a Educação Patrimonial e a preservação do patrimônio histórico-cultural, em suas dimensões material e imaterial, estão inseridas no currículo das escolas públicas de Ensino Médio do estado do Tocantins e quais significados lhes são atribuídos como tema transversal, considerando suas contribuições para o fortalecimento da identidade cultural e da formação cidadã dos estudantes?

A hipótese defendida nesta investigação é que a Educação Patrimonial e a preservação do patrimônio histórico-cultural estão inseridas nos documentos curriculares e nas práticas pedagógicas do Ensino Médio da rede pública do estado do Tocantins de forma transversal, indireta e ainda pouco sistematizada, sendo associadas principalmente à valorização da memória, à preservação dos patrimônios material e imaterial e à formação da identidade cultural.

Pressupõe-se que essa abordagem (a Educação Patrimonial) apresenta significativo potencial pedagógico para favorecer o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos estudantes, em consonância com os pressupostos da teoria histórico-cultural e as orientações do IPHAN, embora sua efetivação nas práticas escolares ainda ocorra de forma limitada, especialmente nos municípios do interior do estado

Perante o exposto, a relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate sobre o patrimônio cultural como recurso didático-pedagógico e tema transversal na educação básica, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Levantamentos

realizados em bases do CNPq e no estado da arte indicam que a temática ainda é pouco explorada na produção acadêmica, especialmente no que se refere à sua inserção nos currículos do Ensino Médio e ao seu potencial como mediadora dos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, busca-se fortalecer a produção científica sobre a temática no estado do Tocantins, especialmente na região do Bico do Papagaio, onde ainda são escassas as pesquisas que articulam patrimônio cultural, currículo e Ensino Médio. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento das práticas educativas voltadas ao patrimônio cultural e para o incentivo de novas investigações na área.

À vista dessas considerações, **o objetivo geral** deste trabalho consiste em analisar a inserção da Educação Patrimonial e da preservação do patrimônio histórico-cultural no currículo e nas práticas pedagógicas do Ensino Médio da rede pública do estado do Tocantins, compreendendo os significados atribuídos a essa temática e suas potencialidades como eixo transversal na formação dos estudantes. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

1. Discutir os fundamentos teóricos do patrimônio cultural, da memória e da identidade;
2. Compreender os conceitos, os fundamentos e as perspectivas teórico-metodológicas da Educação Patrimonial no contexto brasileiro;
3. Analisar a inserção da Educação Patrimonial e da preservação do patrimônio histórico-cultural nos documentos curriculares nacionais (PCN e BNCC) e nos documentos curriculares do estado do Tocantins que orientam o Ensino Médio, especialmente o Documento Curricular do Tocantins (DCT-TO).
4. Analisar os desafios e as possibilidades de integração da Educação Patrimonial, como tema transversal do currículo, às práticas educativas do Ensino Médio no Tocantins, com ênfase no município de Santa Terezinha do Tocantins, à luz da teoria histórico-cultural.

1.1 Metodologia

Quanto ao método de abordagem, a pesquisa fundamenta-se no método hipotético-dedutivo, conforme Lakatos e Marconi (2021), a partir da formulação de um problema de pesquisa e de uma hipótese submetida à análise ao longo da investigação. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa (Triviños, 1987), de natureza exploratória, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e análise comparativa.

No âmbito dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e análise documental, adota-se um recorte empírico centrado nas experiências de Educação Patrimonial

desenvolvidas nas microrregiões de Miracema do Tocantins e Porto Nacional, bem como na análise do potencial do patrimônio histórico-cultural do município de Santa Terezinha do Tocantins como recurso didático-pedagógico.

Para a produção dos dados, foram analisados documentos normativos e curriculares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO). A partir dessa análise documental, realizou-se uma leitura da realidade educacional do estado do Tocantins no que se refere à inserção da Educação Patrimonial na educação básica, tendo como referência os estudos de Ferraro e Nascimento (2017) e Zimmermann (2023). Esses estudos contemplam experiências desenvolvidas em escolas dos municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins e Porto Nacional, evidenciando diferentes formas de abordagem da temática no contexto escolar tocaninense, seus limites e suas possibilidades.

Complementarmente, utilizaram-se fontes secundárias, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Tocantins, com o objetivo de subsidiar a contextualização histórica e sociocultural do município investigado, especialmente no que se refere ao seu processo de formação e às características de seu patrimônio histórico-cultural, em suas dimensões material e imaterial.

As informações obtidas fundamentam a discussão sobre o potencial do patrimônio local como recurso didático-pedagógico nas práticas de Educação Patrimonial no contexto escolar, evidenciando suas possibilidades como instrumento de mediação do conhecimento, tendo em vista a formação cidadã e os processos de desenvolvimento humano e territorial por meio da educação.

Quanto à organização, esta monografia está estruturada em quatro capítulos, além das Considerações Finais.

O Capítulo 1, correspondente à Introdução, contextualiza o tema, apresenta o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos geral e específicos, a justificativa, a metodologia e os procedimentos metodológicos que orientam o desenvolvimento da investigação.

O Capítulo 2, intitulado *Fundamentos sobre Patrimônio Histórico-Cultural, Memória e Identidade*, discute os principais referenciais teóricos relacionados ao patrimônio cultural, à memória e à identidade, estabelecendo as bases conceituais que fundamentam a pesquisa.

O Capítulo 3, denominado *Educação Patrimonial: fundamentos históricos e perspectivas educacionais*, aborda os conceitos, a trajetória histórica e os fundamentos da

Educação Patrimonial no Brasil, destacando sua relevância como prática educativa voltada à valorização do patrimônio cultural, da memória coletiva, da identidade e da formação cidadã. Além disso, examina os principais documentos normativos que orientam a inserção dessa temática na Educação Básica brasileira.

O Capítulo 4, intitulado *A Educação Patrimonial nos documentos curriculares da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins: uma análise de sua abordagem no contexto do Ensino Médio*, analisa o Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO), com ênfase no Caderno 2 – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Também discute experiências de Educação Patrimonial desenvolvidas no estado do Tocantins e analisa as potencialidades pedagógicas do patrimônio histórico-cultural do município de Santa Terezinha do Tocantins, estabelecendo relações entre o referencial teórico, as orientações curriculares e as possibilidades de integração da Educação Patrimonial como tema transversal no Ensino Médio.

Por fim, as Considerações Finais retomam o problema de pesquisa, a hipótese e os objetivos do estudo, sintetizando os principais resultados alcançados. Também apresentam as contribuições da investigação para a valorização do patrimônio cultural no contexto da Educação Básica, suas limitações e sugestões para o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre Educação Patrimonial, especialmente na região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins.

2 FUNDAMENTOS SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE

A preservação do patrimônio histórico-cultural tem ocupado lugar de destaque nos debates acadêmicos e políticos, sendo reconhecida como fundamental para a construção da memória coletiva, o fortalecimento das identidades sociais e o exercício da cidadania. Tal perspectiva decorre da crescente valorização da diversidade cultural e da necessidade de salvaguardar as tradições, os conhecimentos e as manifestações culturais que constituem o patrimônio de diferentes povos e civilizações ao redor do mundo.

Nesse contexto, a relação entre patrimônio e identidade constitui um tema amplamente debatido, sendo abordada por autores como Horta (1999), Pelegrini e Funari (2008), Abreu e Chagas (2003), Pelegrini (2006) e Rodriguez Cruz (2007), entre outros. Em linhas gerais, esses estudos apontam que o patrimônio, seja material ou imaterial, desempenha papel fundamental na constituição, preservação e reafirmação das identidades sociais, uma vez que reúne referências simbólicas capazes de fortalecer os vínculos dos indivíduos e grupos com sua história e cultura. Com vistas ao aprofundamento dessa discussão, na sequência, serão apresentados os principais conceitos relacionados ao patrimônio.

2.1 Patrimônio histórico-cultural: noções do conceito

O conceito de patrimônio histórico-cultural tem passado por um processo de ampliação e ressignificação ao longo do tempo. Tradicionalmente, ele era associado apenas a monumentos e obras artísticas de grande valor estético. No entanto, atualmente, tal conceito é compreendido em uma dimensão muito mais abrangente e facetária.

Segundo Choay (2006, p. 11), “o patrimônio histórico designa todo bem destinado ao usufruto de uma comunidade e que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo-se de uma diversidade de objetos que se congregam a seu passado comum”. Essa definição evidencia que o patrimônio é um legado coletivo, relacionado à memória e à identidade cultural dos diferentes povos que habitam o planeta. Assim, o patrimônio histórico-cultural pode ser entendido como o conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a memória, a identidade e os modos de vida de uma comunidade, constituindo-se como um instrumento de preservação da diversidade cultural e de afirmação histórica.

Em consonância com a ideia apresentada, Fonseca (2009, p. 61) destaca que “o patrimônio cultural não se limita aos monumentos, mas engloba também as práticas, os

saberes e as expressões cotidianas, reconhecendo a diversidade cultural como um valor fundamental”. Logo, esta perspectiva amplia a noção de patrimônio para incluir elementos materiais e imateriais.

A respeito do conceito em discussão, Ferraro e Nascimento (2017, p. 91) ressaltam que, em sua origem,

A palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos e, originalmente, esteve relacionada à herança familiar. No século XVIII, na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história da nação e o uso da palavra estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação e ou de um povo.

Na concepção de Abreu e Chagas (2003), o conceito de patrimônio transcende a dimensão material, de modo que não se restringe apenas à preservação de objetos, mas abarca igualmente a memória coletiva e as tradições culturais que conferem sentido e continuidade às práticas sociais. Isso porque o patrimônio, para além de se configurar como uma expressão emblemática de um grupo social ou de uma nação, constitui-se também como um processo dinâmico de construção e “reconstrução social e simbólica”, conforme sublinham Silva e Lopes (2018). Este fato envolve processos que se efetivam por meio de experiências tanto individuais quanto coletivas.

Esse entendimento foi consolidado no plano internacional pela convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (UNESCO, 2003, art. 2º), segundo a qual se reconhecem como patrimônio as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a elas associados – que as comunidades, grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu legado cultural”.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, define que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil 1988). Esse marco jurídico reforça a inseparabilidade entre patrimônio e identidade, compreendendo-os como pilares para a preservação da diversidade cultural.

2.2 Patrimônio material versus imaterial.

Conforme mencionado anteriormente, o conceito de patrimônio abrange dimensões materiais e imateriais, ambas reconhecidas como fundamentais para a constituição da memória social e da identidade coletiva.

Patrimônio material refere-se a bens tangíveis, dotados de valor histórico, artístico, arquitetônico ou arqueológico, cuja preservação está vinculada à ideia moderna de monumento histórico. Tais bens funcionam como marcos simbólicos, concretos e duradouros, que reúnem significados partilhados por uma comunidade.

No âmbito nacional, segundo Ferraro e Nascimento (2017), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, um dos representantes do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Icomos no Brasil, define o conceito de patrimônio material do seguinte modo:

O patrimônio material protegido pelo IPHAN é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro livros do tomo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas (Ferraro e Nascimento, 2017, p. 93).

No que se refere ao conceito de patrimônio imaterial, tem-se a seguinte definição:

O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Ferraro e Nascimento, 2017, p. 93)

Assim sendo, nos termos dos autores supracitados, o patrimônio imaterial, ao ser transmitido entre gerações e continuamente recriado pelas comunidades, fortalece vínculos identitários, promovendo o sentimento de pertencimento e a valorização da diversidade. Com base no que se apresenta, a noção de patrimônio cultural — tanto material quanto imaterial — relaciona-se intrinsecamente à identidade coletiva, na medida em que expressa as memórias, práticas e representações que os grupos reconhecem como constitutivas de sua história e de seu pertencimento social.

Ferraro e Nascimento (2017) compreendem o patrimônio imaterial, portanto, como uma transmissão de práticas e saberes que passam de geração em geração, saberes constantemente renovados pelas comunidades e pelos grupos. Esta concepção leva em conta a relevância das especificidades do lugar em que os indivíduos estão inseridos e em processo

de interação com a natureza, com a história e a memória. Este processo contribui para a promoção da identidade própria de cada povo, ou a sua “identidade territorial” (Castells, 2000). A esse respeito, Castells (2000, n.p), argumenta que “a identidade territorial é uma âncora fundamental de pertencimento que não é perdida nem mesmo no rápido processo de urbanização generalizada que estamos vivenciando”.

Geertz (2008), desde uma perspectiva antropológica, contribui para a compreensão do patrimônio imaterial como um conjunto de símbolos, representações e práticas sociais fundamentais na conformação das identidades coletivas. Nessa abordagem, a cultura é entendida como uma “teia de significados” tecida pelos próprios sujeitos, o que permite interpretar o patrimônio não apenas em sua dimensão material, mas sobretudo como expressão simbólica das práticas humanas, carregadas de sentidos historicamente construídos e compartilhados socialmente.

Para Gonçalves Neto et al. (2023, p. 6), “os símbolos não apenas comunicam, mas também fazem agir, construindo e formando agentes sociais”. Nessa perspectiva, os bens culturais constituem bases fundamentais para a formação da identidade dos grupos que os produzem. Conforme destacam os autores, os patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis por meio das quais se define a identidade de indivíduos e coletividades, como a nação. Podem, ainda, ser compreendidos como bens intangíveis e práticas sociais — saberes, expressões e lugares — que desempenham papel semelhante ao dos bens materiais na constituição das identidades coletivas.

Ainda segundo Gonçalves Neto et al. (2023, p. 36), ao citarem Scifoni (2016, p. 56), “o patrimônio é, portanto, composto de histórias cotidianas que dão vida e garantem a presença nos lugares”. A construção de relações respeitadas e sólidas com os lugares deveria ser o primeiro passo em direção às políticas de preservação mais democráticas”.

Desse modo, tanto o patrimônio material quanto o imaterial devem ser compreendidos como dimensões complementares da experiência social. Enquanto o primeiro se ancora na materialidade dos bens e monumentos, o segundo reside nas vivências cotidianas, nas tradições e nos saberes compartilhados. Ambos constituem importantes referenciais para a memória social, a continuidade cultural e a construção de identidades coletivas.

Cury (2004), citado por Silva e Lopes (2018), afirma que

O patrimônio imaterial é considerado um “fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos” é definido como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que comunidades, os grupos e, em alguns casos, os

indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (Cury, 2004, p.373) (Silva e Lopes, 2018, 93).

Com base no exposto, o patrimônio intangível fundamenta-se na ideia de que esse patrimônio é constituído por um conjunto de manifestações da cultura tradicional, popular e folclórica, compreendidas como obras coletivas que integram determinada cultura e se sustentam em tradições transmitidas oralmente ou por meio de expressões gestuais, as quais sofrem transformações ao longo do tempo.

Na concepção de Zanirato e Ribeiro (2006, p. 252),

Os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que compreendem o patrimônio cultural são considerados “manifestações ou testemunho significativo da cultura humana”, reputados como imprescindíveis para a conformação da identidade cultural de um povo. Zanirato e Ribeiro (2006, p. 252).

A respeito da discussão sobre cultura e patrimônio, Zanirato e Ribeiro (2006, p. 251) reconhecem que, nas últimas décadas, o conceito de “patrimônio cultural” passou a assumir maior relevância no contexto ocidental, deslocando-se de uma compreensão restrita aos grandes monumentos artísticos do passado, antes vistos como expressões isoladas de civilizações, para uma concepção mais ampla, que o entende como o conjunto de bens culturais vinculados às identidades coletivas.

Nesse sentido, diferentes manifestações culturais, como paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomia, expressões artísticas, documentos e sítios arqueológicos, passaram a ser reconhecidas e valorizadas por comunidades e instituições governamentais em diferentes esferas, sejam elas local, estadual, nacional ou internacional.

Conforme consta no volume “patrimônio histórico e cultural” (2006, p. 10), citado por Pelegrini e Funari (2008, p. 23), o patrimônio não é estático, mas dinâmico, por constituir parte do próprio movimento histórico e das construções e determinações sócio-históricas. Por isso, afirma-se que

Os valores patrimoniais e os juízos de preservação se alteram com o passar do tempo, pois ambos são construídos social e historicamente. Se o indivíduo no decorrer de sua vida passa por transformações biológicas, culturais e sociais que o levam a vincular-se a grupos com diferentes faixas etárias, distintas categorias profissionais ou díspares opções religiosas; de fato, as coletividades convivem com permanentes processos de interação e mudança. Essa diversidade resulta numa “multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações no mundo” que, por sua vez, influencia os valores que definem sua relação com o patrimônio e o sentido de pertencimento de uns agentes sociais em relação aos outros, sejam eles homens ou mulheres, crianças ou adultos, jovens ou idosos. (Pelegrini e Funari, 2008, p. 23).

Em consonância com essa perspectiva, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) compreendem o patrimônio cultural como o conjunto de manifestações, expressões, saberes e práticas construídos historicamente pelas sociedades. Segundo os autores, esses elementos culturais são continuamente acumulados, apropriados e transformados pelas diferentes gerações, de acordo com suas experiências, necessidades e contextos históricos.

Nessa mesma direção, a Unesco (2003, art. 2º) define o patrimônio cultural imaterial como aquele transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, o que lhes confere um sentimento de identidade e continuidade, além de contribuir para o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Assim, cada geração participa ativamente desse processo, contribuindo para a preservação, a ressignificação ou, em alguns casos, o esquecimento dessa herança cultural coletiva.

Dessa forma, fundamentado nessas discussões, a noção de patrimônio não se esgota na dimensão material. O patrimônio imaterial, também denominado intangível, compreende saberes, práticas, tradições, rituais, celebrações e modos de fazer que as comunidades reconhecem como parte de sua herança cultural.

2.3 O patrimônio natural

Como parte importante do conjunto dos bens patrimoniais da humanidade, encontra-se, ainda, o patrimônio natural. Com base nas declarações da (UNESCO, 1972, artigo 2º), são considerados como patrimônio natural da humanidade

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Para Zanirato e Ribeiro (2006), com base na Unesco, o patrimônio natural corresponde a áreas da natureza que apresentam características singulares, capazes de registrar processos e acontecimentos do passado e abrigar espécies endêmicas, isto é, aquelas que existem naturalmente apenas em uma determinada região geográfica. Nesse sentido, sua preservação

torna-se fundamental tanto para a compreensão da história natural quanto para a análise dos impactos provocados pelos modos de vida predominantes sobre a dinâmica ambiental do planeta.

A respeito dessa discussão, Pellegrini (2006) destaca que, desde a década de 1990 o patrimônio cultural e natural tem sido cada vez mais reconhecido como um instrumento poderoso para se salvaguardar a independência, a soberania e as identidades culturais dos povos latino-americanos. Entretanto, a preservação do patrimônio é considerada pela autora uma tarefa desafiadora, que exige o desenvolvimento de processos eficazes de educação patrimonial, bem como o despertar da consciência e da valorização desses bens por parte da sociedade.

Portanto, baseado nessa discussão, afirma-se que os fundamentos do patrimônio histórico-cultural e da identidade estão relacionados à memória coletiva, ao sentimento de pertencimento, ao direito de existir, bem como ao reconhecimento e à defesa da diversidade cultural enquanto um princípio educativo.

2.4 Patrimônio, memória, cultura e formação identitária em sua relação com os processos educativos

Chagas (2003) analisa como a memória e o patrimônio cultural contribuem para a formação das identidades coletivas, destacando que a memória não se constitui apenas como uma simples rememoração do passado, mas como um processo dinâmico diretamente relacionado à formação humana e às perspectivas de futuro. Além disso, o autor enfatiza que a memória é uma construção coletiva, produzida por meio das interações sociais e responsável pela interpretação e reconstrução do passado que fundamenta a identidade cultural dos grupos sociais no presente.

A memória deve ser compreendida como um processo dinâmico e socialmente construído, relacionado não apenas à preservação do passado, mas também à formação humana e às projeções de futuro. Desse modo, é por meio das interações sociais e da reconstrução das experiências históricas que os grupos sociais produzem sentidos coletivos e fortalecem suas identidades culturais no presente (Chagas, 2003).

De acordo com Abreu e Chagas (2009), a preservação da memória de acontecimentos, personagens e ideias por meio de monumentos, narrativas, celebrações e outras formas de representação constitui uma prática comum a todas as sociedades humanas. Os autores destacam que, no contexto ocidental, o conceito de patrimônio esteve historicamente

vinculado aos bens materiais, enquanto a preservação se consolidou como um conjunto de ações voltadas à seleção, proteção e conservação desses elementos. Em contrapartida, nas sociedades orientais, os objetos não são considerados os principais depositários da tradição cultural. Nessa perspectiva, mais relevante do que a permanência física dos artefatos é a preservação dos conhecimentos, saberes e técnicas que possibilitam sua reprodução e transmissão contínua entre as gerações, assegurando a continuidade das tradições culturais.

Em consonância com a ideia anterior, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 5), evidenciam que o patrimônio cultural,

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Neste contexto, a cultura é entendida como fundamental para os sujeitos, vista como uma herança ensinada de geração em geração. Porém, não é algo estável ou estático, mas dinâmico e que se transforma ao longo do tempo conforme os processos e as mudanças econômicas, sociais, históricas.

Na perspectiva de Pelegrini e Funari (2008), a cultura é resultado de um processo histórico de construção permanente, marcado por transformações e pela incorporação contínua de novos elementos, como parte intrínseca daquilo que os autores denominam de “dinâmica cultural” (Pelegrini; Funari, 2008, p. 10). Nesse sentido, os autores argumentam que a diversidade cultural não pode ser dissociada da própria diversidade da vida, uma vez que as dimensões material e simbólica da existência humana se apresentam de forma indissociável e profundamente entrelaçada.

Aprofundando a discussão sobre a cultura enquanto um elemento dinâmico, Pelegrini e Funari (2008, p. 10) argumentam:

Ela é uma produção histórica, como parte das relações entre os grupos sociais. Assim, ao estudo das diferenças entre nós, que comemos com garfo e faca, e os japoneses que comem com pauzinhos, sobreveio a constatação de que nossos antepassados só adotaram os garfos e as facas há alguns séculos. Antes, comiam com as mãos. A equação nós/eles, no presente foi complementada pela consciência da importância das mudanças, aquilo que também se costuma chamar de dinâmica cultural.

A partir dessa concepção, afirma-se que a cultura não é um processo imutável, mas um fenômeno em constante mudança e transformação, que influencia e molda os processos de construção identitária dos sujeitos sociais.

Diante disso, a memória desempenha um papel estruturador das identidades, uma vez que a memória coletiva se constitui a partir de referências do passado e de experiências compartilhadas que contribuem para a construção da identidade dos grupos sociais. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural configura-se como um importante suporte da memória social, preservando referências históricas e culturais que fortalecem o sentimento de pertencimento e a continuidade das tradições.

Assim, “a valorização do patrimônio cultural está associada à necessidade de fortalecimento da memória social e da identidade coletiva” (Fonseca, 2009, p. 61), evidenciando a preservação como uma prática de cidadania. Isso porque a apropriação crítica do patrimônio possibilita que grupos sociais afirmem suas identidades, resistam a processos de homogeneização cultural e mantenham vivas suas tradições. No entanto, considera-se que essa apropriação não ocorre de forma natural, mas depende, sobretudo, da implementação de estratégias educativas e de ações de sensibilização que evidenciem o valor histórico e cultural do patrimônio em suas dimensões local, nacional e universal.

Assim sendo, “a valorização do patrimônio cultural está associada à necessidade de fortalecimento da memória social e da identidade coletiva” (Fonseca, 2009, p. 61), apontando a preservação como prática de cidadania. Isso porque a apropriação crítica do patrimônio possibilita que grupos sociais afirmem suas identidades, resistam a processos de homogeneização cultural e mantenham vivas suas tradições. No entanto, considera-se que essa apropriação não ocorre de forma natural, mas depende, sobretudo, da implementação de estratégias educativas e de ações de sensibilização que evidenciem o valor histórico e cultural do patrimônio em suas dimensões local, nacional e universal.

Vale retomar, portanto, o pensamento de Castells (2000) acerca da compreensão de que os lugares e territórios, enquanto resultados de construções sociais, são permeados por memórias e sentidos, pois integram o movimento histórico das civilizações humanas. Com base nesses pressupostos, afirma-se que a memória desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da identidade. Isso porque, segundo Chagas (2003), ela constitui uma construção coletiva, elaborada a partir das interações sociais entre os sujeitos.

Rodriguez Cruz (2007, p. 15, tradução nossa) afirma que “a identidade é um fenômeno social, formado como resultado do movimento da cultura de um povo no processo histórico. A relação identidade-cultura é intrínseca, razão pela qual se utiliza o termo identidade

cultural”. Segundo o mesmo autor, o termo identidade cultural foi introduzido no vocabulário contemporâneo, sobretudo nas últimas duas décadas, devido à importância que os problemas das identidades culturais têm obtido ao longo do processo de globalização neoliberal, e tudo o que isso implica à preservação do patrimônio cultural e da identidade dos povos.

Nesse contexto, evidencia-se que patrimônio, memória, cultura e identidade constituem dimensões indissociáveis dos processos educativos. Ao promover o reconhecimento e a valorização das referências culturais presentes no cotidiano das comunidades, a educação contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento, a participação social e a “construção da cidadania” (Estepa Giménez, Martín-Cárceles e Cuenca López, 2023). Dessa forma, a escola assume papel estratégico na mediação desses conhecimentos, preparando os estudantes para compreender, valorizar e preservar o patrimônio cultural em suas diferentes manifestações.

Diante do exposto, acredita-se que a valorização do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, pode estimular as comunidades a reivindicarem de seus representantes políticos ações voltadas à preservação de suas tradições e ao reconhecimento formal de seus bens culturais. No contexto brasileiro, observa-se que um dos principais desafios para a preservação do patrimônio cultural está relacionado à sua ampla distribuição pelo território nacional, à limitação de recursos financeiros e humanos, bem como à necessidade de integração entre as políticas públicas de proteção e valorização desses bens nas diferentes esferas de governo (Pelegrini; Funari, 2008, p. 25).

À luz das reflexões de Fonseca (2009, p. 61), para quem “a preservação do patrimônio cultural depende da participação social e da apropriação simbólica dos bens pelas comunidades”, torna-se evidente a importância do espaço escolar nesse processo. Essa abordagem, conforme será discutida no item seguinte, tem como um de seus principais objetivos sensibilizar estudantes e comunidades para o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural, além de promover uma educação comprometida com a diversidade cultural e o fortalecimento da cidadania.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS

Em sua origem, a discussão sobre Educação Patrimonial no Brasil está diretamente relacionada à trajetória histórica das políticas de preservação do patrimônio cultural desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Desde a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, já se reconhecia a importância das ações educativas como estratégia de preservação cultural. De acordo com o documento *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, publicado pelo IPHAN (2014), a valorização educativa do patrimônio cultural esteve presente desde os primeiros debates sobre a criação da instituição.

Nesse contexto, segundo (IPHAN, 2014, p. 5), Mário de Andrade já “apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens” como instrumentos de formação cultural da população, reconhecendo-os como importantes instrumentos para a formação cultural da população e para a difusão do conhecimento sobre a história, a cultura e as tradições brasileiras.

Ainda baseado no IPHAN (2014), ao longo da chamada “fase heróica” da instituição, entre 1937 e 1967, as ações educativas concentraram-se principalmente na criação de museus, na realização de exposições e no incentivo à divulgação do patrimônio histórico brasileiro. Nesse período, Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do IPHAN desde sua criação até 1967, defendia que a educação popular era o principal caminho para garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Contudo, foi a partir da década de 1970 que a Educação Patrimonial passou a receber maior atenção nas políticas públicas brasileiras. Nesse cenário, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a coordenação de Aloísio Magalhães, representou um marco na ampliação da noção de patrimônio cultural. O CNRC buscou valorizar as culturas regionais, os saberes populares e as identidades locais, reconhecendo a diversidade cultural brasileira como elemento fundamental para a preservação do patrimônio. A partir de então, o patrimônio cultural deixou de ser compreendido apenas como monumentos históricos e edificações antigas, passando a incluir práticas culturais, saberes tradicionais, manifestações populares e modos de vida das comunidades.

Convém ressaltar que outro importante marco da Educação Patrimonial foi o Projeto Interação, criado em 1981 pelo Ministério da Educação em parceria com órgãos ligados à cultura. Segundo o IPHAN (2014), o projeto buscava aproximar a educação escolar da

realidade cultural das comunidades, defendendo que o processo educativo deveria considerar as experiências culturais locais e os saberes produzidos pela própria população.

Esse projeto compreendia a educação para além dos espaços escolares formais, valorizando as manifestações culturais como elementos fundamentais do processo de aprendizagem. Essa perspectiva contribuiu para fortalecer a compreensão de que o patrimônio cultural pode ser utilizado como recurso pedagógico capaz de aproximar os estudantes de suas realidades sociais e culturais.

No entanto, foi em 1983, durante o I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado em Petrópolis (RJ), que a expressão “Educação Patrimonial” passou a ser oficialmente incorporada ao contexto brasileiro, “como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra” (IPHAN, 2014, p. 13). Nesse processo, destaca-se a atuação da museóloga brasileira Maria de Lourdes Parreiras Horta, reconhecida como uma das principais referências da Educação Patrimonial no país. Sua contribuição foi fundamental para a sistematização e difusão dessa abordagem no contexto brasileiro, promovendo a defesa do patrimônio cultural e sua aproximação entre comunidades e bens culturais através da educação, como instrumento de valorização da memória, da identidade social e construção da cidadania.

Posteriormente, em 1999, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicação reconhecida como uma das principais referências metodológicas para os estudos e práticas da área.

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 5), a Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

Horta (1999), citada por Schiavon e Tiago (2011, p. 6), afirma que “o conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio pelas comunidades são fatores essenciais para a preservação sustentável desses bens, bem como para o fortalecimento da identidade e da cidadania” (Horta, 1999, p. 6). Nesta concepção, a preservação do patrimônio cultural decorre do sentimento de pertencimento dos sujeitos históricos e da valorização dos bens materiais, dos espaços e das práticas culturais próprios de um determinado grupo humano e cultural, em um processo contínuo de transmissão de valores, crenças, saberes e modos de vida que os caracterizam como grupo social.

3.1 Educação Patrimonial como processo educativo formal e não formal

Para o IPHAN (2014), a Educação Patrimonial é compreendida como um processo educativo, tanto formal quanto não formal, voltado à valorização das referências culturais das comunidades. Nessa concepção,

[...] os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural" (IPHAN, 2014, p. 19).

É importante destacar que o IPHAN (2014) fundamenta suas ações educativas na concepção da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky, segundo a qual a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e culturais vivenciadas pelos indivíduos. Sob esse enfoque teórico, os patrimônios culturais constituem importantes instrumentos de mediação do processo educativo, favorecendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos por meio das interações sociais. Em consonância com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, o IPHAN (2014, p. 23) destaca que:

É por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), ou Cognição. Vygotsky considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo, a partir da sua atuação em situações de interação social, da qual participam instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância, mediam a vida.

Tomando por base essa concepção,

Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos pares que convivem nesses contextos. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os problemas e as situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo (IPHAN, 2014, p. 23).

Daí, defende-se que as ações educativas “tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas a práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários” (IPHAN, 2014, p. 24). Dessa forma, praças, museus, ruas, centros históricos, festas populares e manifestações culturais

podem atuar como espaços de aprendizagem, ampliando as possibilidades educativas para além do ambiente escolar formal.

3.2 A Educação Patrimonial na perspectiva da preservação do patrimônio natural e ambiental

Com base nas reflexões de Pelegrini (2006), a Educação Patrimonial extrapola a dimensão da preservação cultural, abrangendo também a preservação do patrimônio natural e do meio ambiente. Para a autora, a Educação Patrimonial, articulada à Educação Ambiental, possibilita que os indivíduos reconheçam o valor simbólico, histórico, cultural e ambiental dos bens herdados das gerações anteriores, desenvolvendo sentimentos de pertencimento e de responsabilidade por sua preservação.

Nessa compreensão, o conceito de patrimônio cultural ultrapassa a visão tradicional limitada aos monumentos e edificações históricas, abrangendo também os saberes, as práticas culturais, as manifestações populares e os elementos naturais que compõem a vida coletiva. Conforme enfatiza Pelegrini (2006, p. 126) “o conceito de patrimônio cultural é muito mais amplo, não se circunscreve aos bens materiais ou às produções humanas, ele abarca o meio ambiente e a natureza” .

Essa ampliação conceitual evidencia a estreita relação entre patrimônio natural e patrimônio cultural, aspecto relevante para a Educação Patrimonial. Na perspectiva de Pelegrini (2006), a natureza não deve ser compreendida apenas como um conjunto de recursos ambientais, mas também como um espaço permeado por significados históricos, sociais e culturais. Assim, rios, serras, florestas, parques e outras paisagens naturais constituem importantes referências identitárias para diferentes grupos sociais, por expressarem memórias, modos de vida e formas de interação com o território. Neste sentido, "a percepção da herança imaterial torna-se fundamental para a integração da população com suas próprias condições de existência, com a natureza e o meio ambiente" (Pelegrini, 2006, p. 126).

Sob esse enfoque, a Educação Patrimonial contribui para a valorização da diversidade cultural e ambiental ao estimular reflexões sobre as transformações sociais, culturais e ambientais ocorridas ao longo do tempo. Assim, favorece a construção de conhecimentos sobre a história e a cultura local, as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo e os processos de construção da identidade individual e coletiva. Como destaca Pelegrini (2006, p. 126), "a educação patrimonial e ambiental torna-se tarefa prioritária, uma vez que consiste em

revelar a diversidade e pontuar as mudanças culturais, sociais e ambientais que se vêm processando com o passar dos tempos".

Diante do exposto, afirma-se que essa abordagem educativa visa contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender os processos históricos, reconhecer o valor dos patrimônios culturais e naturais e atuar em sua preservação.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental, pois se constitui como um espaço privilegiado para a construção de conhecimentos sobre a cultura local, a memória coletiva e os patrimônios presentes na comunidade. Assim, Pellegrini (2006, p. 126) ressalta que

O ensino sistemático e contínuo da população através das metodologias da Educação Patrimonial e Ambiental precisa partir da ideia de que a sociedade que não respeita o patrimônio cultural e natural em toda a sua diversidade corre o risco de perder a identidade e enfraquecer seus valores mais singulares, inviabilizando o exercício da cidadania.

Deste ponto de vista, o processo educativo torna-se essencial para aproximar a população de seu patrimônio, estimulando o sentimento de pertencimento, a valorização da diversidade cultural e natural e o desenvolvimento da responsabilidade social.

3.3 Educação Patrimonial no Contexto Escolar Brasileiro: a perspectiva do MEC a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

No âmbito da educação escolar brasileira, a Educação Patrimonial encontra respaldo nas orientações curriculares nacionais, especialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os quais reconhecem a importância da valorização da diversidade cultural do país, da formação cidadã e da construção de identidades no processo educativo.

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, na década de 1990, o Ministério da Educação passou a enfatizar a necessidade de uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes, considerando não apenas os conteúdos disciplinares, mas também os aspectos culturais, sociais e éticos presentes na realidade dos educandos. Nesse contexto, a recomendação era que a temática do patrimônio cultural fosse trabalhada por meio da transversalidade, princípio que orienta a integração de temas relevantes da vida social aos diferentes componentes curriculares.

Os PCNs destacam a importância do reconhecimento e da valorização da pluralidade cultural brasileira, defendendo que a escola deve contribuir para o respeito às diferenças e para o fortalecimento da cidadania. De acordo com o documento, espera-se que os estudantes sejam capazes de “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações” (Brasil, 1998, p. 7). Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial deve favorecer o contato dos estudantes com as memórias, tradições, saberes e manifestações culturais de suas comunidades, contribuindo para a construção de identidades individuais e coletivas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, reforça essa perspectiva ao estabelecer competências gerais relacionadas à valorização da diversidade cultural, ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento do pensamento crítico. Entre essas competências, destacam-se aquelas que incentivam o respeito às diferentes manifestações culturais, o reconhecimento da diversidade de saberes e a participação responsável dos estudantes na sociedade.

Enquanto documento normativo, a BNCC encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, que orienta a organização da educação brasileira em suas etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O referido documento normativo constitui-se como referência nacional para a elaboração dos currículos das redes e sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como para a construção das propostas pedagógicas das instituições escolares, especialmente aquelas relacionadas à formação de professores, aos processos avaliativos e à produção de materiais e conteúdos educacionais (Brasil, 2018).

Nesse sentido, enquanto um documento normativo oficial da educação brasileira, a BNCC se propõe a garantir as aprendizagens essenciais aos estudantes em todo o território nacional, assegurando um padrão mínimo de conhecimentos considerados fundamentais, “ao mesmo tempo em que possibilita que estados e municípios elaborem seus próprios referenciais curriculares, incorporando especificidades locais (Cruz; Montão, 2023; Brasil, 2018).

Em relação ao tema da Educação Patrimonial, a seguir, faz-se uma análise comparativa entre as abordagens dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), com o objetivo de explicitar os pontos de convergência entre esses documentos, bem como os objetivos e as finalidades atribuídos à Educação Patrimonial. A sistematização apresentada no Quadro 1, elaborada pela autora, sintetiza os principais aspectos identificados nessa análise.

Quadro 1 – Comparação da abordagem da Educação Patrimonial nos PCNEM e na BNCC

Dimensão	PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (2000)	BNCC (2018)
Concepção de Educação Patrimonial	Abordagem transversal, sem definição conceitual explícita, vinculada ao ensino de História, Geografia e Artes, à cultura e à memória.	Sem uso explícito do termo "Educação Patrimonial"; incorpora seus princípios ao tratar do patrimônio cultural material e imaterial, da memória, da identidade e da diversidade cultural como objetos de aprendizagem.
Finalidade educativa	Formar o estudante como cidadão crítico, capaz de compreender a realidade social, histórica e cultural do país, valorizando a pluralidade cultural brasileira.	Desenvolver competências gerais, incluindo o respeito à diversidade, valorização da cultura, identidade, memória e patrimônio cultural como parte da formação integral do estudante.
Abordagem do patrimônio cultural	O patrimônio aparece vinculado ao ensino de História e à valorização da cultura nacional, regional e local, com ênfase na memória histórica e na formação da cidadania.	O patrimônio cultural é abordado sob uma perspectiva ampliada, articulando-se às noções de identidade, memória, diversidade cultural, saberes tradicionais e diversidade cultural.
Interdisciplinaridade	Incentivada, mas ainda vinculada principalmente às áreas de Ciências Humanas e suas Tecnologias.	Organização por áreas do conhecimento, favorecendo a articulação entre componentes curriculares e temas transversais.
Metodologias de ensino	Ênfase em contextualização, análise de fontes históricas, debates e problematização da realidade social.	Valorização de metodologias ativas, projetos interdisciplinares, investigação, protagonismo estudantil e aprendizagem baseada em competências

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PCNEM (2000) e na BNCC (2018)

Portanto, conforme explicitado no quadro comparativo acima, na BNCC do Ensino Médio, os conhecimentos relacionados ao tema patrimônio cultural encontram-se distribuídos e organizados por área do conhecimento, sendo tratados como objeto de conhecimento. Para fins de exemplificação, na Competência Específica 1 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio (Competências Específicas e Habilidades), apresenta-se a seguinte redação:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (Brasil, 2018, p. 559).

Nesse sentido, define-se como um dos objetivos da ação pedagógica da escola, no processo de ensino-aprendizagem nesta área do conhecimento,

[...] operacionalizar conceitos como temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade etc. e diferentes linguagens e narrativas que expressam conhecimentos, crenças, valores e práticas que permitem acessar informações, resolver problemas e, especialmente, favorecer o protagonismo necessário tanto em nível individual como coletivo (Brasil, 2028, p. 559).

Como habilidade desse campo de estudo, os estudantes devem desenvolver a capacidade de “(EM13CHS104) analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” (Brasil, 2018, p. 561).

Importa destacar que o código EM13CHS104 da BNCC segue uma padronização utilizada para identificar cada habilidade do Ensino Médio, sendo composto por elementos que indicam a etapa de ensino, a área de conhecimento e a numeração específica da habilidade.

Quadro 2: Estrutura do código EM13CHS104 (BNCC)

Elemento	Significado
EM	Ensino Médio: indica a etapa da Educação Básica à qual a habilidade pertence.
13	Conjunto das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, organizadas de forma integrada, sem distinção por série específica.
CHS	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: área que reúne os componentes curriculares de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.
104	Número sequencial da habilidade dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sem indicar nível de complexidade ou ordem de aplicação.

Fonte: Elaborado pela autora com base na BNCC (2018)

A temática do patrimônio cultural surge, ainda, de forma diluída na área de Linguagens e suas Tecnologias, sendo abordada de maneira integrada à cultura corporal do movimento, no âmbito da Competência Específica 6 dessa área, com a seguinte redação:

Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade e saberes, identidades e culturas (Brasil, 2018, p. 489).

Como habilidade correspondente da competência anteriormente citada, tem-se: “(EM13LGG601) Apropriar-se do patrimônio artístico e da cultura corporal de movimento de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de disputa por legitimidade” (Brasil, 2018, p. 489).

Nesse exercício de análise, observa-se que na BNCC Ensino Médio não é utilizado o termo “Educação Patrimonial”, o que, para alguns autores, como Cruz e Montão (2023), representa uma limitação relevante, uma vez que retira a centralidade das discussões, dificultando a ampliação do debate e do interesse pelo tema. Como ressaltam os referidos autores,

O objeto de estudo ‘patrimônio’ aparece diversas vezes ao longo de todo o documento, sendo acompanhado por expressões como artístico, cultural, natural e histórico e inserido nas diferentes áreas de conhecimento, sendo que, na disciplina História, são privilegiados os termos cultural e histórico” (Cruz; Montão, 2023, p. 11).

Contudo, embora a BNCC não apresente a Educação Patrimonial como um componente curricular específico, nota-se que suas orientações possibilitam o desenvolvimento dessa temática em diferentes áreas do conhecimento. O documento incentiva o estudo das culturas locais, das memórias coletivas, dos territórios e das diferentes formas de manifestação cultural presentes na sociedade brasileira. Dessa maneira, sugere-se que a Educação Patrimonial pode ser trabalhada nas escolas por meio de projetos, pesquisas, visitas a espaços de memória, estudos sobre a história local e atividades voltadas para o reconhecimento e a valorização dos patrimônios culturais materiais e imateriais da comunidade.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial dialoga diretamente com as competências previstas na BNCC ao estimular a investigação da realidade local, a valorização das referências culturais e a reflexão sobre os processos históricos que constituem as identidades sociais. Tal abordagem sugere que, ao explorar o patrimônio cultural como objeto de estudo, a escola pode favorecer aos estudantes o desenvolvimento de habilidades de observação, pesquisa, interpretação e análise crítica da realidade.

Outro aspecto importante refere-se à interdisciplinaridade. A Educação Patrimonial na orientação do MEC (BNCC) aponta a possibilidade de articulação entre diferentes áreas do conhecimento, como História, Geografia, Arte, Língua Portuguesa e Ciências Humanas, favorecendo abordagens integradas sobre memória, cultura, identidade e território. Essa

característica amplia as possibilidades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de processos de aprendizagem mais significativos para os estudantes.

4 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NOS DOCUMENTOS CURRICULARES DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DE SUA ABORDAGEM NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO

Neste capítulo, a educação patrimonial será analisada tomando por base os documentos curriculares da Secretaria da Educação do Tocantins (SEDUC), precisamente o seu Documento Curricular do Território do Tocantins para o Ensino Médio (DCT-TO), Caderno 2, área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, composta pelos componentes curriculares: História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

É importante ressaltar que o DCT-TO é a adaptação da BNCC para o estado do Tocantins. Isto é, a BNCC é o documento nacional que define as aprendizagens essenciais, enquanto que as DCT-TO resultam do processo de construção coletiva e democrática, desenvolvido no âmbito do regime de colaboração entre o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Sua elaboração está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio e nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos (Tocantins, 2022, Caderno 1).

Na prática, o DCT - TO, Caderno 2 (Ensino Médio), se constitui como um instrumento pedagógico orientador dos processos de ensino e aprendizagem nessa etapa de formação dos estudantes.

À luz da análise do referido Caderno, busca-se identificar a presença da educação patrimonial no contexto do Ensino Médio na rede pública estadual de educação do Tocantins, tomando como referência os municípios de Porto Nacional e Lajeado, situados na Microrregião de Porto Nacional; Miracema do Tocantins, pertencente à Microrregião de Miracema do Tocantins; e Santa Terezinha do Tocantins, localizada na região do Bico do Papagaio. A inclusão deste último município decorre de sua relevância para a pesquisa, por constituir o local de origem da autora. Assim, esses municípios configuram o recorte territorial que fundamenta as análises apresentadas a seguir.

No exercício de análise, com exceção de Santa Terezinha do Tocantins, serão examinados dois trabalhos científicos: o artigo *Educação formal e patrimônio cultural: o ensino da História em escolas de educação básica no estado do Tocantins*, de Zimmermann

(2023), e o artigo *Uma experiência local de patrimônio cultural e educação no Tocantins*, de Ferraro e Nascimento (2017). A partir dessas análises, será discutida a realidade da Educação Patrimonial nas escolas da rede pública de ensino do estado.

No caso do município de Santa Terezinha do Tocantins, a análise fundamenta-se em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do site institucional da Prefeitura Municipal, complementadas por observações decorrentes das vivências e atividades de campo realizadas pela autora.

Em síntese, este capítulo reúne as análises e reflexões necessárias para responder ao problema científico da pesquisa, ao examinar os avanços, as fragilidades, as lacunas e as potencialidades da Educação Patrimonial no contexto das escolas de Ensino Médio do estado do Tocantins.

4.1 O patrimônio histórico-cultural do Tocantins

Com base em Balsan (2020), Silva e Lopes (2018), Ferraro e Nascimento (2017), Zimmermann (2023) e Tupinambá e Sousa (2021), o estado do Tocantins possui um expressivo patrimônio cultural, constituído por bens materiais e imateriais que refletem seu processo histórico de formação social, econômica e cultural. As manifestações religiosas, as festas populares, os saberes tradicionais das comunidades quilombolas e indígenas, as memórias coletivas, os vestígios arqueológicos, os centros históricos e as diversas formas de expressão cultural presentes nas diferentes regiões do estado constituem importantes referências de identidade e pertencimento para a população tocaninense.

Diante da relevância desse patrimônio, após a criação do estado do Tocantins, em 1988, foram implementadas as primeiras políticas voltadas à proteção do patrimônio cultural. Entre elas, destaca-se a Lei nº 431, de 28 de julho de 1992, que promoveu o tombamento de edifícios públicos vinculados aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na sequência, a Lei nº 577, de 24 de agosto de 1993, consolidou a política estadual de preservação ao estabelecer diretrizes para a proteção, a conservação e a valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural (Tocantins, 1993). De acordo com Balsan (2020), essa legislação fortaleceu o processo de patrimonialização do estado ao ampliar as ações de preservação dos bens culturais.

Além do patrimônio material, o Tocantins possui um rico patrimônio cultural imaterial. Nesse âmbito, a Lei nº 3.253, de 31 de julho de 2017, reconhece a buchada, o chambari e a paçoca de carne seca como Patrimônio Cultural e Gastronômico do Estado do

Tocantins, valorizando essas manifestações como expressões da cultura alimentar e da identidade cultural tocaninense.

Nesse contexto, o chambaril destaca-se como um dos pratos mais representativos da culinária regional, amplamente consumido em diferentes municípios. De acordo com Silva e Lopes (2018), o chambari, a panelada e a galinha caipira são considerados pratos típicos da região norte do Tocantins, estando diretamente relacionados às tradições alimentares e às formas de sociabilidade historicamente construídas pelas comunidades locais. As autoras ressaltam que os hábitos alimentares ultrapassam a dimensão biológica, constituindo elementos fundamentais para a construção da identidade cultural e do sentimento de pertencimento.

O estudo de Silva e Lopes (2018) também evidencia o reconhecimento da culinária como patrimônio imaterial, ao analisar como as comidas de rua da região norte do Tocantins fortalecem a identidade cultural local e contribuem para a preservação dos saberes tradicionais. Segundo as autoras, práticas alimentares como a buchada, o chambari e a paçoca de carne seca representam manifestações culturais significativas para a memória coletiva tocaninense. Além de sua dimensão econômica, estas tradições preservam costumes, modos de fazer e saberes transmitidos entre gerações.

Além das manifestações gastronômicas, as tradições religiosas também ocupam lugar de destaque entre as referências culturais do estado. Entre elas, destaca-se a Festa do Divino Espírito Santo, realizada no município de Natividade desde 1904. Segundo Erig, Santana e Ferreira (2018), a festividade constitui uma das principais tradições religiosas do estado, preservando práticas transmitidas entre gerações e reunindo comunidade, devotos e visitantes em torno da fé, da cultura e da identidade coletiva. As autoras destacam que a celebração contribui para a preservação da memória cultural e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento da população local.

De acordo com Balsan (2020), o processo de patrimonialização no Tocantins é relativamente recente quando comparado ao de outros estados brasileiros, tendo se intensificado após a criação do estado. Entre as iniciativas desenvolvidas nesse contexto, destaca-se o projeto “Conhecer para Preservar”, realizado na década de 1990, cujo objetivo foi inventariar manifestações culturais, monumentos históricos e sítios arqueológicos presentes em diferentes regiões do estado.

No conjunto do patrimônio cultural material do Tocantins, destaca-se o Centro Histórico de Natividade, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987. Considerado um importante marco da história regional, o conjunto

arquitetônico preserva edificações, espaços urbanos e referências culturais relacionadas ao período de ocupação do antigo norte goiano. Esse reconhecimento evidencia a importância da preservação dos bens materiais para a manutenção da memória histórica e da identidade cultural tocantinense.

Portanto, mediante o exposto, considera-se que analisar a presença da Educação Patrimonial nos documentos curriculares do Ensino Médio torna-se pertinente para compreender de que maneira o patrimônio cultural do Tocantins é incorporado às práticas educativas e aos processos formativos dos estudantes, tendo em conta o seu potencial pedagógico e de mediação do conhecimento.

4.2 A inserção da educação patrimonial no Documento Curricular do Território do Tocantins: uma análise do Caderno 2 – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

No exercício de análise do DCT-TO, constatou-se que a expressão Educação Patrimonial não é mencionada de forma explícita como eixo estruturante do currículo do Ensino Médio. No entanto, o documento orienta que as competências específicas das áreas do conhecimento considerem as demandas locais, regionais e globais, possibilitando aos estudantes analisar problemas e propor soluções relacionadas ao contexto em que vivem (Tocantins, 2022). Em consonância com as diretrizes da BNCC (2018), o DCT-TO enfatiza a formação integral do estudante, o protagonismo juvenil, a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos, favorecendo a articulação dos conteúdos escolares com as realidades locais e regionais.

De modo geral, no DCT-TO Ensino Médio, faz-se um esforço de organização curricular e pedagógica voltado à incorporação de temas e habilidades que dialogam com os princípios da Educação Patrimonial, não adotando necessariamente o termo. Esse movimento evidencia uma tentativa de inserir a valorização do patrimônio histórico-cultural no processo formativo dos estudantes, ainda que de forma pontual e distribuída entre diferentes componentes curriculares.

Esse esforço pode ser identificado no Quadro de Sistematização das Aprendizagens Essenciais da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, constante do Anexo do Caderno 2 do DCT-TO. Na categoria Tempo e Espaço/Política e Trabalho, a habilidade EM13CHS104 propõe: “Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a

diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” (Tocantins, 2022, p. 5, Caderno 2).

Em consonância com essa habilidade, o DCT-TO (Anexo do Caderno 2) define objetos de conhecimento para os componentes curriculares de História, Geografia e Sociologia, conforme a sistematização a seguir:

1. **Componente curricular de História:** objeto de conhecimento: “(EM13CHS104)HIS - Reconhecimento do legado cultural de cada povo em diferentes períodos e lugares, relacionando essa herança à formação da sociedade ocidental” (Tocantins, 2022, p. 6).
2. **Componente curricular de Geografia:** a habilidade EM13CHS104 (GEO) apresenta como objeto de conhecimento a “reflexão sobre a importância do patrimônio para a identidade e o inventário do patrimônio material e imaterial do Brasil, do Estado e do município” (Tocantins, 2022, p. 5).
3. **Componente curricular de Sociologia:** a temática do patrimônio cultural integra os objetos de conhecimento por meio dos temas “Patrimônio histórico-cultural e preservação da memória” e “História e origem da diversidade cultural do Tocantins”. Além disso, a habilidade EM13CHS104 (SOC) propõe a compreensão dos conceitos de cultura material e imaterial, do sentido de patrimônio e das relações entre comunicação de massa, ideologia e cultura (Tocantins, 2022, p. 6).

Na perspectiva didático-pedagógica do DCT-TO, as questões relacionadas ao patrimônio devem ser articuladas de forma interdisciplinar e integradas aos Temas Contemporâneos Transversais. Desse modo, a abordagem do patrimônio histórico-cultural ocorre predominantemente de maneira transversal, sem a definição de estratégias pedagógicas e metodológicas específicas para sua implementação. A sua organização se dá por meio de competências e de habilidades.

4. 3 A Educação Patrimonial no Ensino Médio do Estado do Tocantins: uma análise a partir dos estudos de Ferraro e Nascimento (2017) e Zimmermann (2023)

Os estudos sobre Educação Patrimonial no Ensino Médio, no estado do Tocantins, ainda são limitados e evidenciam diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, as quais revelam tanto as potencialidades quanto às limitações dessa temática no contexto da educação

básica. Entre as produções identificadas, destacam-se os estudos de Zimmermann (2023) e de Ferraro e Nascimento (2017), que analisam experiências desenvolvidas em escolas tocantinenses, especialmente nos municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado e Porto Nacional.

O trabalho de Zimmermann (2023) teve como objetivo contribuir para o ensino de História na Educação Básica por meio da utilização do patrimônio arqueológico regional como recurso didático-pedagógico. A experiência foi desenvolvida nos municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado (TO), tendo como público-alvo professores de História, “que atuam intensamente no dia a dia escolar (prioritária, mas não exclusivamente na escola pública” (Zimmermann, 2023, p. 223). Fundamentada nos princípios da Educação Patrimonial, a proposta baseou-se nas pesquisas arqueológicas realizadas pelo Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA/UNITINS), buscando subsidiar práticas pedagógicas voltadas à valorização do patrimônio cultural regional e à aproximação dos estudantes com a história local.

O pesquisador anteriormente mencionado evidencia que a aproximação dos estudantes com o patrimônio arqueológico contribui para a valorização da cultura regional e para a construção de aprendizagens mais significativas, ao articular passado e presente no processo educativo. Contudo, identifica como um dos principais limites o distanciamento entre os conteúdos escolares e a realidade sociocultural dos estudantes. Segundo Zimmermann (2023), os livros didáticos frequentemente apresentam conteúdos pouco contextualizados, o que dificulta a construção da identidade cultural e do sentimento de pertencimento dos alunos. Nas palavras do autor:

Na maioria das vezes, os livros didáticos de História adotados pelas escolas da região remetem o aluno a realidades distantes da sua, conteúdos alheios à própria cultura. Com isso, trazem como consequências, além do desconhecimento da história regional, a não construção da própria identidade cultural, tão importante à formação do aluno como indivíduo em sua coletividade/comunidade (2023, p. 224)

Em uma perspectiva complementar, Ferraro e Nascimento (2017), ao analisarem a experiência desenvolvida em escolas públicas de Porto Nacional por meio do projeto “*Patrimônio Cultural em sala de aula: novos olhares e saberes*”, destacam o potencial da Educação Patrimonial como estratégia pedagógica de valorização da história local e de fortalecimento da identidade cultural dos estudantes. O referido projeto surgiu no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como uma ação de extensão voltada à aproximação

entre universidade e escola. As ações educativas foram desenvolvidas em uma escola pública de Porto Nacional (TO), envolvendo estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e seus professores, que atuaram como multiplicadores. A iniciativa teve como finalidade promover, em parceria com a comunidade, processos de identificação, reconhecimento, valorização, proteção e preservação do patrimônio cultural.

Em síntese, assim como no estudo de Zimmerman (2023), o trabalho de Ferraro e Nascimento (2017) evidencia aspectos positivos relacionados às estratégias didático-pedagógicas adotadas para a prática da Educação Patrimonial e suas potencialidades, mas também aponta limitações importantes, conforme sistematizado no quadro de análise a seguir.

Quadro 3: Análise das potencialidades e fragilidades da Educação Patrimonial no Tocantins

Categoria de análise	Estudo de Ferraro e Nascimento (2017)	Estudo de Zimmerman (2023)
Estratégias didático-pedagógicas adotadas	Visitas ao Centro Histórico, aulas de campo, pesquisa documental, entrevistas, registros fotográficos e interação com a comunidade.	Projetos de História, utilização de documentos históricos, pesquisa, debates, análise de fontes patrimoniais e atividades contextualizadas.
Potencialidades	Demonstra que o patrimônio constitui recurso didático relevante para o ensino de História e para a formação da identidade dos estudantes.	Integra escola, comunidade e patrimônio local, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas.
Fragilidades	A experiência analisada é localizada e depende da continuidade dos projetos pela UFT e do envolvimento dos professores e da comunidade.	Evidencia a ausência de políticas permanentes de Educação Patrimonial, a insuficiência da formação de professores e a limitada sistematização curricular das práticas. Ressalta-se que a experiência está vinculada à UNITINS e não se configura como uma iniciativa escolar.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ferrari e Nascimento (2017) e Zimmermann (2023)

As análises realizadas indicam, ainda, que os estudos ocorrem em tempos e contextos distintos. O trabalho de Ferraro e Nascimento (2017) situa-se em um período anterior à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e do Documento

Curricular do Tocantins (DCT-TO), tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), especialmente para o Ensino Fundamental. Já o estudo de Zimmerman (2023) está voltado ao Ensino Médio e insere-se no contexto posterior à BNCC (2018); contudo, não faz menção explícita a esse documento, tomando como referência principal as pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA).

Segundo a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), "O Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA foi criado pela UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins sob Instrução Normativa nº 14/99 de 22 de novembro de 1999, tendo como mentor e executor de sua estruturação o Arqueólogo Prof. Msc. Marcos Aurélio Câmara Zimmermann..." (UNITINS, s.d., n.p.). As ações do Núcleo estão voltadas ao desenvolvimento de pesquisas no campo da arqueologia e do patrimônio cultural.

Os estudos de Zimmermann (2023) e de Ferraro e Nascimento (2017) convergem ao compreender a Educação Patrimonial como uma estratégia pedagógica capaz de aproximar os estudantes de sua realidade sociocultural. Em ambos os trabalhos, o patrimônio cultural é concebido como um recurso educativo fundamental para fortalecer a relação entre escola, comunidade e identidade local, contribuindo para aprendizagens mais significativas no ensino de História.

As pesquisas também convergem ao demonstrar que o contato dos estudantes com elementos do patrimônio local — seja por meio de sítios arqueológicos, seja por meio de projetos pedagógicos — favorece a valorização da memória, da história regional e do sentimento de pertencimento. Outro ponto de convergência refere-se à identificação de limites estruturais na implementação da Educação Patrimonial no contexto escolar, uma vez que essas ações ocorrem, em geral, a partir de iniciativas pontuais, vinculadas a projetos externos e de caráter descontínuo, o que evidencia a ausência de articulação permanente entre currículo e patrimônio cultural. Trata-se de um problema recorrente na educação do estado do Tocantins, observado desde antes da implementação do DCT-TO, com avanços ainda limitados na atualidade.

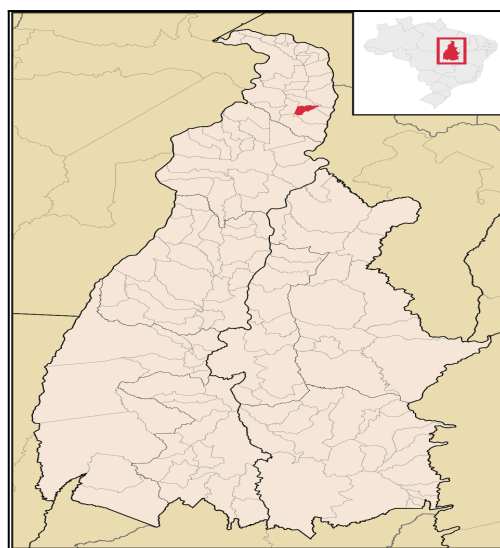
Portanto, os estudos analisados indicam que a Educação Patrimonial possui grande potencial para o Ensino Médio, especialmente ao possibilitar a articulação entre cultura, memória, identidade e aprendizagem escolar. Contudo, sua efetivação ainda enfrenta limites e desafios. Tais limites e desafios exigem a atuação articulada de universidades, instituições de ensino superior, educadores e políticas educacionais, de modo a promover a construção de possibilidades e a implementação de ações mais estruturadas e contínuas, o que requer

criatividade, atuação estratégica e esforço conjunto. Essa tarefa se estende, inclusive, aos municípios do Território Bico do Papagaio, a exemplo de Santa Terezinha do Tocantins.

4.4 Educação patrimonial no Bico do Papagaio: potencialidades e possibilidades a partir do caso de Santa Terezinha do Tocantins

Santa Terezinha do Tocantins é um município localizado na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins. Possui área territorial de aproximadamente 269 km² e uma população formada por 2.406 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). O município limita-se com os municípios de Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Luzinópolis e com o estado do Maranhão, sendo cortado por importantes cursos d'água que contribuem para sua riqueza ambiental.

Figura 1 - Localização do município de Santa Terezinha do Tocantins na região do Bico do Papagaio



Fonte: Adaptado pela autora, com base em dados do IBGE (2025).

A economia local baseia-se principalmente na agropecuária, com destaque para a criação de bovinos e a agricultura familiar. Além da importância econômica, o município preserva expressivo patrimônio natural, composto por cachoeiras, riachos, córregos, áreas de vegetação nativa do Cerrado e formações naturais de relevante valor paisagístico.

Do ponto de vista cultural, Santa Terezinha do Tocantins preserva tradições religiosas, manifestações populares e modos de vida característicos da região do Bico do Papagaio. Entre

seus patrimônios naturais destaca-se a Árvore Marinheiro, reconhecida pela população como um símbolo da identidade local, além das cachoeiras que representam importantes atrativos ambientais e turísticos. Esses bens fortalecem o sentimento de pertencimento da comunidade e apresentam grande potencial para o desenvolvimento de práticas de Educação Patrimonial nas escolas.

Considerando as possibilidades da Educação Patrimonial para as escolas de Ensino Médio do Bico do Papagaio, em especial no município de Santa Terezinha do Tocantins, apresenta-se a seguir uma contribuição que reúne estratégias voltadas à construção de propostas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da educação escolar. Para tanto, tomam-se como base conteúdos publicados pelo IBGE e pela Prefeitura de Santa Terezinha do Tocantins. Esses referenciais são articulados aos conhecimentos previamente sistematizados por Sousa (2026), bem como às suas próprias vivências enquanto integrante da cultura e do patrimônio cultural teresinense e pesquisadora na área das Ciências Sociais.

Embora o município de Santa Terezinha não possua bens oficialmente tombados em âmbito estadual ou federal, suas tradições, memórias, práticas religiosas, saberes populares, manifestações culturais e recursos naturais constituem importantes referências patrimoniais para a comunidade local, que contribuem para a construção da identidade coletiva e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos seus moradores.

Em sua origem, o município de Santa Terezinha do Tocantins apresenta uma trajetória histórica diretamente relacionada aos processos de ocupação e formação social do norte tocaninense. De acordo com o histórico municipal disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o povoamento da região teve início por volta de 1940, período que corresponde, em sua maior parte, à vigência do Estado Novo, sob a liderança de Getúlio Vargas (Fausto, 2012). Nesse contexto, chegaram à região famílias provenientes do estado do Maranhão, especialmente dos municípios de Pastos Bons e Jussara, que buscavam terras cultiváveis para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias (IBGE, s.d.; SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS, s.d.).

Os primeiros habitantes, após uma longa jornada realizada em lombo de animais, fixaram-se nas margens do rio Traíras, onde fundaram uma pequena povoação denominada Coco Escuro, nome associado à abundância de palmeiras de babaçu na região. Com o decorrer do tempo, a comunidade passou a diversificar suas atividades econômicas, com destaque inicial para a agricultura e a criação de gado. Posteriormente, desenvolveu-se o cultivo da cana-de-açúcar, o que impulsionou a produção de derivados como açúcar, rapadura e cachaça (IBGE, s.d.).

Em 1952, foi construída uma capela dedicada a Santa Terezinha do Menino Jesus, que, atualmente, constitui um importante símbolo religioso para os moradores. A devoção à santa contribuiu para a alteração do nome da localidade e para a consolidação de referências culturais que permanecem presentes na memória coletiva da população até os dias atuais (IBGE, s.d.).

Inicialmente vinculada ao município de Tocantinópolis, o povoamento foi elevado à categoria de distrito em 1991 e, posteriormente, emancipado como município por meio de legislação estadual em 1993, passando a denominar-se oficialmente Santa Terezinha do Tocantins.

A formação histórica do povo teresiano, além de se relacionar às manifestações religiosas da comunidade, também envolve a memória de povos afrodescendentes escravizados e de povos indígenas, com destaque para os Apinajé, que integram o contexto sociocultural do território do Bico do Papagaio. Nesse sentido, o processo de ocupação e constituição social da região articula-se a diferentes matrizes culturais (afrodescendente, indígena e luso-portuguesa) que compõem o patrimônio imaterial local. Tudo isso influencia os costumes, saberes tradicionais e práticas alimentares e gastronômicas preservadas ao longo do tempo, que se expressam de diferentes formas, compondo o patrimônio local.

Conforme destacam Silva e Lopes (2018), a culinária regional constitui importante elemento de preservação da memória coletiva e de fortalecimento das identidades culturais, uma vez que os modos de preparar e compartilhar os alimentos carregam conhecimentos transmitidos entre gerações. Nesse contexto, pratos típicos presentes na região norte do Tocantins, como o chambaril, a paçoca de carne seca e outras receitas tradicionais, representam não apenas hábitos alimentares dos teresianos, mas também expressões culturais que contribuem para a manutenção das referências identitárias da população.

Além disso, destacam-se as festas do Divino Espírito Santo, reconhecidas como importante expressão do patrimônio cultural imaterial do estado (Balsan, 2020), as cavalgadas sertanejas e as práticas relacionadas ao “patrimônio natural e ambiental” (Pelegrini, 2006). Em conjunto, esses elementos evidenciam a estreita relação entre cultura, religiosidade, tradições e território, constituindo importantes referências para a preservação da memória coletiva, do patrimônio material e imaterial e o fortalecimento da identidade local.

4.4.1. Patrimônio natural e ambiental teresiano (cachoeiras, rios, córregos e riachos)

No que se refere ao patrimônio natural, em Santa Terezinha do Tocantins destacam-se a Cachoeira do João do Joca, um dos principais atrativos turísticos do município, utilizada para banho, lazer e contato com a natureza, situada em área de Cerrado e amplamente frequentada por moradores e visitantes. Soma-se a ela a Cachoeira da Porrada, igualmente indicada pela Prefeitura Municipal como importante espaço de uso recreativo, contemplação e valorização paisagística.

Além das cachoeiras, o território de Santa Terezinha do Tocantins é atravessado pelo Rio Mumbuca e por diversos córregos e riachos, entre os quais se destacam o Traíra, Lucas, Lambuza e Água Preta. Esses cursos d'água contribuem para a configuração da paisagem local, desempenhando papel relevante tanto na dinâmica ambiental quanto na conformação das práticas socioculturais dos habitantes, evidenciando a inter-relação entre natureza, história e cultura, bem como seu potencial de utilização em atividades educativas nas comunidades e nas escolas.

Figura 02 – Cachoeira João do Joca, Santa Terezinha do Tocantins



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura 03 – Cachoeira da Fortuna, Santa Terezinha do Tocantins



Fonte: Acervo da autora (2026).

4.4.2 Patrimônio natural e cultural teresiano (Árvore Marinheiro)

Outro elemento de relevância para a cultura e a memória local, na formação da identidade coletiva do povo teresiano, é a Árvore Marinheiro. De acordo com Nunes (2021), a Árvore Pé de Marinheiro constitui uma das principais referências históricas de Santa Terezinha do Tocantins. Conforme o histórico oficial do município, foi à sombra dessa árvore que as primeiras famílias migrantes, oriundas do estado do Maranhão, instalaram seu acampamento por volta de 1940, dando início ao processo de ocupação do território que resultaria, inicialmente, na formação do povoado de Coco Escuro e, posteriormente, no município de Santa Terezinha do Tocantins. Nessa perspectiva, a árvore transcende sua condição de elemento natural, sendo reconhecida como um lugar de memória e uma importante referência do patrimônio cultural local, por simbolizar a origem da comunidade e fortalecer o sentimento de pertencimento de seus habitantes.

Figuras 04 e 05 – Árvore Marinheiro, localizada no município de Santa Terezinha do Tocantins



Fonte: Acervo da autora (2026).

Conforme mencionado anteriormente, em Santa Terezinha do Tocantins não existem bens culturais materiais ou imateriais oficialmente tombados ou registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou por órgãos estaduais de proteção ao patrimônio cultural. Entretanto, essa ausência de reconhecimento formal não implica a inexistência de patrimônio cultural no município.

As referências culturais locais, ainda não submetidas a processos oficiais de tombamento ou registro, enquadram-se na concepção ampliada de patrimônio cultural estabelecida pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que reconhece como patrimônio brasileiro os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Nessa perspectiva, Santa Terezinha do Tocantins apresenta um conjunto significativo de bens, práticas e manifestações culturais que podem ser valorizadas por meio de ações de Educação Patrimonial, contribuindo para o fortalecimento da identidade local, da memória coletiva e da participação comunitária na preservação de seu patrimônio.

Portanto, com base no exposto, propõem-se como possibilidades de atividades pedagógicas no Ensino Médio da rede estadual de ensino do município ações que promovam a Educação Patrimonial a partir de diferentes estratégias didáticas, tais como:

- a) estudos e pesquisas sobre os conceitos de patrimônio (material, imaterial, cultural, natural, histórico);
- b) atividades de construção de inventário participativo do patrimônio histórico-cultural do município;
- c) entrevistas com moradores mais antigos;
- d) registro fotográfico dos bens culturais;
- e) produção de mapas afetivos e cartografia social;
- f) levantamento de histórias de vida;
- g) pesquisa em documentos escolares, religiosos e administrativos;
- h) produção de vídeos e podcasts;
- i) realização de exposições e a elaboração de um inventário digital do patrimônio local.

Tais propostas devem ser articuladas às orientações curriculares e a princípios teóricos que favoreçam o desenvolvimento das funções psíquicas superiores dos estudantes, promovendo seu desenvolvimento intelectual, cultural e sua formação para o exercício da cidadania. Essa compreensão coaduna-se com a perspectiva de Vygotsky e da teoria histórico-cultural, segundo a qual o desenvolvimento intelectual resulta da aprendizagem e da apropriação da cultura por meio de processos de mediação social e da atividade educativa intencionalmente planejada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar o lugar e a significação do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, do estado do Tocantins como tema transversal no Ensino Médio, tomando como referência os estudos de Nascimento e Ferraro (2017), Zimmermann (2023), Horta (1999), Funari e Pelegrini (2006), além de dados do IBGE, informações da Prefeitura de Santa Terezinha do Tocantins e conhecimentos prévios da autora acerca do patrimônio cultural local.

Os resultados evidenciam que o Tocantins possui um expressivo patrimônio histórico-cultural, constituído por bens materiais e imateriais que representam a trajetória histórica, social e cultural de diferentes povos e comunidades, porém sua abordagem ocorre de maneira pouco explícita e pouco aprofundada, nos documentos curriculares, o que pode dificultar sua efetiva incorporação às práticas pedagógicas do Ensino Médio.

A análise do Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO, 2022) permitiu constatar que o patrimônio histórico-cultural ocupa um espaço secundário no currículo do Ensino Médio e que a Educação Patrimonial não se apresenta de forma explícita como eixo estruturante da formação escolar. Embora o documento possibilite articulações com a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sua efetivação depende, em grande medida, das iniciativas dos professores, das propostas pedagógicas das escolas e das ações desenvolvidas por universidades e outras instituições culturais. Embora o DCT-TO ofereça possibilidades para o desenvolvimento da temática, sua incorporação ao currículo ainda ocorre de forma incipiente e pouco sistematizada.

Os estudos de Zimmermann (2023) e de Ferraro e Nascimento (2017) reforçam essa compreensão ao demonstrarem que, embora as experiências de Educação Patrimonial desenvolvidas no Tocantins contribuam para a valorização da história local, da memória coletiva e da identidade cultural, elas também evidenciam desafios relacionados à descontinuidade das práticas pedagógicas, à ausência de políticas permanentes e à fragilidade da articulação entre currículo, patrimônio cultural e realidade local.

No caso de Santa Terezinha do Tocantins, observou-se que suas manifestações culturais, práticas religiosas, saberes tradicionais e memórias coletivas constituem importantes referências patrimoniais ainda pouco exploradas no contexto escolar. Esses elementos revelam o potencial pedagógico do patrimônio local como recurso para promover aprendizagens contextualizadas, aproximando os estudantes de sua realidade sociocultural e contribuindo para a valorização de sua identidade e de seu território.

À luz da teoria histórico-cultural, especialmente das contribuições de Vygotsky acerca das relações entre aprendizagem e desenvolvimento, o patrimônio cultural pode ser compreendido como importante mediador do conhecimento. Sua inserção nas práticas educativas favorece a apropriação da cultura historicamente produzida, contribuindo para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, da capacidade de análise crítica, do pensamento conceitual e da formação da consciência histórica dos estudantes. Em contrapartida, a ausência de práticas de Educação Patrimonial contínuas, sistematizadas e teoricamente fundamentadas limita as possibilidades de que a escola cumpra seu papel na formação intelectual, cultural e cidadã dos educandos.

Conclui-se, portanto, que a Educação Patrimonial possui significativa relevância para o Ensino Médio, por possibilitar a articulação entre patrimônio, cultura, memória, identidade e educação, contribuindo para uma formação mais crítica, contextualizada e socialmente comprometida. Contudo, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à limitada sistematização curricular, à descontinuidade das ações pedagógicas e à necessidade de maior integração entre escola, universidade, órgãos de preservação e comunidade.

Por fim, reforça-se a importância de ampliar pesquisas e práticas educativas voltadas à Educação Patrimonial no estado do Tocantins, especialmente na região do Bico do Papagaio. Embora apresente grande potencial para o desenvolvimento de ações educativas, o tema ainda é pouco explorado nas pesquisas acadêmicas e nas práticas escolares, o que evidencia a necessidade de construção de políticas educacionais mais consistentes e articuladas, voltadas ao fortalecimento da identidade cultural dos estudantes e à valorização do patrimônio histórico-cultural tocaninense por meio da educação.

REFERÊNCIA

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do (org.). **Patrimônio cultural no Estado do Tocantins**: materialidade e imaterialidade. Palmas, TO: EDUFT, 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006.
- CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da; MONTÃO, Luana Costa Viana. Educação patrimonial, ensino de História e BNCC: relações possíveis. **Revista Cocar**, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-18, 2023.
- DAVYDOV, V. V. **Tipos de generalização no ensino**: problemas lógicos e psicológicos da estruturação das disciplinas escolares. Tradução de José Carlos Libâneo e Raquel A. M. da Madeira Freitas. Uberlândia: EDUFU, 1988.
- ERIG, Geruza Aline; SANTANA, Aline Gomes; FERREIRA, Mayele Cristina de Andrade. Turismo e evento: Festa do Divino Espírito Santo em Natividade, Tocantins, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 10, n. 3, 2018.
- ESTEPA GIMÉNEZ, Jesús; MARTÍN-CÁCERES, Myriam J.; CUENCA LÓPEZ, José María. De los patrimonios controversiales a la formación de la ciudadanía. In: BELLATTI, Ilaria; FUENTES MORENO, Concepción; MIRALLES MARTÍNEZ, Pedro; SÁNCHEZ GÓMEZ, Lydia (coord.). **Las ciencias sociales y su didáctica**: pensamiento histórico y educación democrática. Homenaje a Joaquín Prats Cuevas. 2. Ed. Barcelona: Octaedro, 2023. p. 351-360. Disponível em: <https://octaedro.com/wp-content/uploads/2023/12/9788419690494.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. - 14ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- FERRARO, José Luiz Schifino; NASCIMENTO, Júnia Maria Alves do. Patrimônio cultural em sala de aula: novos olhares e saberes. **Revista Extensão**, Palmas, v. 1, n. 1, p. 52-61, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GONÇALVES NETO, João; ASSUMPÇÃO, Ana Laura; BEVILAQUA, Bruna Cristina; GABRIEL, Maria Helena; CASTRAL, Paulo César. Patrimônio cultural e Base Nacional Comum Curricular: aproximações entre Educação Patrimonial e as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais) no reconhecimento e salvaguarda da cultura local. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 11, n. 82, 2023.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas territoriais e mapas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 10 jul. 2026.

NUNES, Brener. Aniversários: onze municípios completam nova idade nesta 4ª; saiba histórias de cada um. **Gazeta do Cerrado**, Palmas, 26 maio 2021. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/palmas/aniversarios-onze-municipios-completam-nova-idade-nesta-4a-saiba-historias-de-cada-um/>. Acesso em: 29 jun. 2026.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRÍGUEZ CRUZ, Juan Carlos. **El patrimonio identitario campesino y su proyección axiológica en el proceso docente-educativo de la secundaria básica suburbana**. 2007. Tesis (Doctorado en Ciencias Pedagógicas) – Instituto Superior Pedagógico "José de la Luz y Caballero", Facultad de Humanidades, Holguín, Cuba, 2007.

SILVA, Geane Oliveira da; LOPES, Rita de Cássia Domingues. Comidas de rua: patrimônio, cultura e identidade local no norte do Tocantins. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 32, p. 89-106, jul./dez. 2018.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOCANTINS. **Documento Curricular do Território do Tocantins: Ensino Médio – Caderno 2: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Palmas: Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, 2022.

TUPINAMBÁ, Khalla Ribeiro; SOUZA, Ivanise Borges. A comunidade quilombola Dona Juscelina (Muricilândia, TO): inventário, turismo e educação patrimonial. **Revista Temporis[ação]**, Anápolis, v. 21, n. 1, p. 25-52, 2021.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 8 set. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZIMMERMANN, Mário. Educação patrimonial e arqueologia: arqueologia, patrimônio cultural e ensino de História no estado do Tocantins. *Sítios – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia*, v. 17, n. 2, p. 211-230, 2023.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, jan./jun. 2006. DOI: 10.1590/S0102-01882006000100012. Disponível em: [SciELO](#). Acesso em: 13 jun. 2026.